

A luta já não é hoje a mesma: as articulações políticas no cenário provincial paulista, 1838-1842

The Fight is no longer the same: the Political Articulations in São Paulo's Provincial Scene, 1838-1842

Erik Hörner

Doutorando em História pela Universidade de São Paulo.

Resumo

A proposta deste artigo consiste em analisar a intrincada trama de interesses e embates políticos que se desenrolou na Província de São Paulo entre 1838 e 1842. A cena política paulista presenciou em 1842 uma polarização em torno de ao menos dois grupos que se auto-intitulavam Partido Paulista e Partido da Ordem. Ambos os partidos tomaram em armas, no entanto a "Revolução Liberal" representou apenas uma das conseqüências decorrentes da oposição entre projetos de Estado e de diferentes entendimentos do jogo político. A fim de se compreender melhor a formação dos grupos e suas práticas políticas focamos nossa atenção nos trabalhos da Assembléia Provincial e nos periódicos, palcos privilegiados dos debates.

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the complex network of political interests and disputes occurred between 1838 and 1842 in the province of São Paulo. In 1842 the political scene in São Paulo has undergone a polarization into two groups (at least): the self-named Paulista party and the Order party. Both "parties" began a civil war, but in fact the "Liberal Revolution" (as it was called) was only one of the consequences of the opposition between different State projects and different understandings of the political arena. As the debates took place in the Provincial Assembly and on newspapers pages, they both offer important elements to understand the making of the politic groups and theirs political practices.

Palavras-chave

São Paulo, práticas políticas, revolução, liberalismo

Keyword

São Paulo, political practices, revolution, liberalism

1

Cf.: ALMEIDA, Aluisio de. *A Revolução Liberal de 1842*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. ANDRADE, Martins de. *A Revolução de 1842*. Rio de Janeiro: Tipologia Apollo, 1942. CASTRO, Paulo Pereira de. A 'experiência republicana', 1831-1840. In: HOLANDA, S. B. de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6.ed. T. II, 2ºvol. São Paulo: DIFEL, 1984. HOLANDA, Sergio Buarque de. São Paulo. In: _____ (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ed. t. 2, 2ºvol. São Paulo: Difel, 1984. MARINHO, José Antonio. *História da Revolução de 1842*. Brasília: Senado Federal, Editora UnB, 1978. MORAES, João B. de. *Revolução de 1842: Memória, acompanhada de documentos e autographos*. São Paulo: Diário Oficial, 1908. REZENDE, Francisco de. *Minhas Recordações*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. BRANCO, Barão de Rio. *Efemérides brasileiras*. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

2

HÖNER, Erik. *Guerra entre pares: a "Revolução Liberal" em São Paulo, 1838-1844*. 2005. 223f. e anexos. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

3

Coleção Rafael Tobias de Aguiar. Arquivo Museu Paulista, Universidade de São Paulo.

4

In: IRMÃO, José Aleixo. *Rafael Tobias de Aguiar: o Homem, o Político*. Sorocaba: FUA, 1992.

5

ALMEIDA, Aluisio de. *A Revolução Liberal de 1842*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. p.51-52.

6

Apenas as Fazendas São Pedro e São Rafael somavam 4.748 cabeças de gado. Se tomarmos para efeito de cálculo ilustrativo os números fornecidos por Daniel Pedro Müller referentes à criação de gado bovino em toda a Província para o ano de 1836, teríamos cerca de 13% do gado paulista criado por Rafael Tobias de Aguiar.

7

IRMÃO, José Aleixo. *Op. cit.*, p. 496.

A chamada Revolução Liberal de 1842 em São Paulo é comumente entendida como confronto armado entre dois grupos políticos, os Partidos Liberal e Conservador, em disputa na Província e na Corte. Os Partidos teriam, ainda de acordo com a historiografia específica ao tema¹, pego em armas como conseqüência última das ditas Leis Opressoras – Reforma do Código do Processo e (re)Criação do Conselho de Estado, 1841 – e da dissolução prévia da Câmara em 1842, fruto das "eleições do cacete". No entanto, pesquisa anterior² acabou por apresentar um cenário significativamente mais complexo.

Analisando os periódicos paulistanos cotejados à luz dos *Anais da Assembléia Provincial* e da leitura de correspondência privada foi possível identificar ao menos dois grupos atuantes dentro da Assembléia Provincial e com projeção para além das fronteiras de São Paulo. Estes grupos, contudo, não representam mera substituição de rótulos posto que possuem características bem delimitadas dentro da cena política da Província. Foram encontrados também, apesar de carecerem de uma investigação mais aprofundada, indícios de mais dois grupos agindo simultaneamente em São Paulo.

Neste artigo em específico proponho-me a apresentar os dois grupos mais claramente definidos e auto-intitulados Partido da Ordem e Partido Paulista, assim como o "projeto" político deste último e as possíveis razões do enfrentamento de ambos. Para tanto, início com uma breve exposição a respeito de Rafael Tobias de Aguiar, político sorocabano e líder do movimento armado, e seu projeto de Banco Provincial, depois levado para o interior da Assembléia Provincial. A partir deste projeto específico e da polêmica resultante foi possível delimitar protagonistas e entendimentos necessários para a elaboração de um cenário mais complexo e multifacetado capaz de lançar novas luzes sobre a compreensão da Revolução Liberal de 1842.

Um projeto político dentro e fora da Assembléia

Apesar de ser comumente relacionado à Sorocaba, Rafael Tobias de Aguiar possuía negócios em diversas regiões da Província de São Paulo e representantes comerciais na praça do Rio de Janeiro. Por meio da troca de cartas³ com seus representantes e empregados ou dependentes, nota-se um grande leque de investimentos: comércio de escravos, fazendas de cana-de-açúcar, café e criação de animais, compra e venda de imóveis, tropas de muares, empréstimo de dinheiro e mineração. Negócios que podem ser quantificados apenas com o auxílio do inventário-testamento⁴.

Comentada pela historiografia, a fortuna de Tobias de Aguiar não foi obra de uma geração. Seu pai, Antonio Francisco de Aguiar, era administrador do Registro de Animais de Sorocaba, cargo que Tobias veio a ocupar posteriormente. Segundo Aluisio de Almeida⁵, Rafael Tobias de Aguiar construiu, ao fim da vida, um patrimônio ao menos dez vezes maior do que herdara de seu pai em 1819.

Pode-se dizer que um dos principais ramos de atuação de Rafael Tobias era o de tropas. Não afirmo isto apenas com base no tamanho de seu rebanho bovino⁶ que provavelmente estava ligado a redes de abastecimento. Em seu inventário de letras de crédito consta "uma obrigação de Paulino Antonio do Amaral, acompanhada de um papel de sociedade de 95 bestas, em recibo de 90 potros"⁷. O empréstimo a Amaral, concedido em

8

Coleção Rafael Tobias de Aguiar, doc. 2129.

9

IRMÃO, José Aleixo. *Rafael Tobias de Aguiar: o Homem, o Político*. Sorocaba: FUA, 1992. p.489-496.

10

Coleção Rafael Tobias de Aguiar, doc. 2135.

11

Ambos haviam sido eleitos Deputados Gerais por São Paulo; 2ª legislatura, 1830-1833.

12

IRMÃO, José Aleixo Irmão. *Op. cit.*, p. 495.

13

Ibidem, p. 440-444.

14

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*. 2ªed. Brasília: UNB, 1981. p. 58.

15

Coleção Eduardo Paulo da Silva Prado, doc. 322.

16

Coleção Eduardo Paulo da Silva Prado, doc. 336.

19 de março de 1839, era de 3:056\$000rs. Negócio semelhante teria sido feito com Lemos Gomes, sócio e representante comercial no Rio de Janeiro, que em carta de 12 de agosto de 1832 acusa o recebimento de crédito não especificado e informa a chegada de uma tropa⁸. É possível supor ter sido este o procedimento usual de Rafael Tobias de Aguiar: estabelecia-se sociedade a partir do empréstimo de dinheiro, de modo que se garantia o retorno do valor emprestado e recebia ainda parte dos lucros. Outro benefício da letra de crédito unida a uma sociedade é a ampliação da rede de contatos comerciais. Não são apenas sócios, mas dependentes de um grande credor, com poder suficiente para executar as dívidas em qualquer ponto da província.

Entretanto, Rafael Tobias não limitava seus empréstimos aos sócios. Em seu inventário são listados inúmeros devedores, entre os quais estão Gabriel Rodrigues dos Santos, seu companheiro na Assembléia Provincial desde 1840; José Manoel de França, Deputado Provincial em várias legislaturas; Brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, Presidente da Província de São Paulo entre 1836 e 1838; e seu primo e "rebeldê" em 1842 Paulino Aires de Aguirre⁹. Constam ainda desta lista nomes como Francisco Paula Sousa e Mello e Diogo Antonio Feijó, devedores em 1833¹⁰.

Vale ressaltar que Paula Sousa e Feijó estavam na época residindo na Corte¹¹ e mesmo assim emprestavam dinheiro em São Paulo. Sequer a família Vergueiro deixou de contrair empréstimos com Rafael Tobias de Aguiar. Luis Pereira de Campos Vergueiro, filho do Senador e genro de João da Silva Machado (Barão de Antonina), recebeu 4:000\$000rs. no ano de 1843¹².

Apesar destes empréstimos não serem de baixo valor, devemos considerar que representavam apenas uma pequena parcela do capital de Tobias de Aguiar. Somadas as dívidas por hipotecas, letras e obrigações quitadas e pagas à Marquesa de Santos, sua inventariante, chegamos à incrível soma de 408:019\$741rs¹³. É importante salientar que este valor não corresponde ao seu patrimônio, mas apenas ao dinheiro injetado na província (em sua maioria), e que não se encontrava resgatado até a sua morte.

Diante da ausência de instituições bancárias na província nesta época Rafael Tobias de Aguiar, entre outros, acabava por suprir a necessidade de empréstimos. De acordo com Carlos Manuel Pelaez e Wilson Suzigan, o banco mais próximo de São Paulo seria o Comercial do Rio de Janeiro, fundado em 1838 com capital de 5:000:000\$000rs¹⁴. Entretanto, ao que tudo indica, os empréstimos por meio de letras de crédito dos "capitalistas" da província eram ainda mais comuns.

Apesar de Tobias de Aguiar "agir" como banco, ele manifestava interesse em uma instituição deste tipo ao menos desde fevereiro de 1832, quando em carta ao membro da Regência José da Costa Carvalho comunica o andamento de uma proposta de criação de um Banco Provincial no Conselho Geral da Província¹⁵. O interesse pelo projeto é significativo, a ponto do assunto voltar a ser comentado em carta de setembro do mesmo ano¹⁶. Nesta carta Rafael Tobias de Aguiar pede a opinião de Costa Carvalho e afirma que, caso a proposta não fosse levada a cabo, ele mesmo criaria uma sociedade com esse fim. Não teve acesso às resoluções do Conselho Geral, mas a julgar pelas discussões posteriores tanto o projeto de 1832, quanto o desejo do político sorocabano não foram postos em prática.

O projeto de criação de uma instituição bancária em São Paulo visando principalmente a concessão de empréstimos voltou a ser discutida

17

Acredito que a intenção de criar um banco em São Paulo tenha atravessado toda a década de 1830, porém a presente pesquisa compreende apenas o período de 1838 a 1844. Desse modo, não foi possível verificar o andamento anterior da questão.

18

A *Phenix*, nº 181, 16 de novembro de 1839.

19

O jornal *A Phenix* (nº 193, 4 de janeiro de 1840) fornece uma lista dividindo a Assembléia Provincial em "maioria" e "minoría". A leitura dos *Anais da Assembléia Legislativa Provincial* corrobora esta listagem, oferecida na íntegra na dissertação. Ver: HÖNER, Erik. *Guerra entre pares: a "Revolução Liberal" em São Paulo, 1838-1844*. 2005. 223f. e anexos. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

20

Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo – 10ª Sessão Ordinária, 20 de janeiro de 1840.

21

Pacheco também apresentou um projeto semelhante em 1838 cuja discussão se arrastou por toda legislatura sem ter havido uma conclusão.

na Assembléia Provincial em 1838 e 1840¹⁷. Contudo, o projeto do banco não era consensual representando, de fato, um projeto de um grupo específico ligado a Rafael Tobias de Aguiar, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Francisco de Paula Sousa e Mello, tendo sido Vergueiro o responsável por apresentar o projeto na Assembléia em 1838 e alterá-lo dois anos depois.

A sessão legislativa de 1840 foi palco de grandes debates a respeito desta matéria, principalmente por estar a Assembléia Provincial dividida ao meio, não havendo uma maioria segura. O grupo de Vergueiro e Tobias de Aguiar possuía um voto a menos em relação à maioria, diferença que poderia desaparecer facilmente como aconteceu na votação do Banco. A dita "maioria" da Assembléia era capitaneada por Joaquim José Pacheco e Carlos Carneiro de Campos, grupo que em linhas gerais apoiava a política do regente Araújo Lima e se mostrava minimamente satisfeito com o então Presidente da Província, Manuel Machado Nunes.

A legislatura que teve início em 1840 apresentou um grande impasse necessitando de cinco sessões preparatórias para, ao fim, iniciar os trabalhos. O impasse na instalação da legislatura de 1840-1841 decorreu do fato das eleições terem dividido a Assembléia Provincial quase que ao meio, gerando uma polarização. Porém, as urnas também haviam dado assento a um menor de 25 anos, Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, jovem bacharel ligado ao grupo de Rafael Tobias de Aguiar. Esta situação irregular provocou a reação da "maioria" que passou a atacar o resultado da eleição em novembro de 1839, logo após a apuração dos votos¹⁸, exigindo que não se expedisse diploma de deputado ao recém-eleito. Após longos e raivosos debates na imprensa e nas sessões preparatórias, Gabriel dos Santos foi aceito como Deputado Provincial, assim como o Dr. Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, que por ser naturalizado não poderia, em tese e como argumentado nos *Anais*, ser eleito para a Assembléia. Desse modo, a maioria ficou com o grupo de Pacheco e Carneiro de Campos, mas com apenas um deputado a mais que a minoria¹⁹.

Após a instalação da Assembléia e algumas sessões de menor importância, Vergueiro apresentou sua proposta de criação de um Banco na Cidade de São Paulo na sessão do dia 20 de janeiro de 1840²⁰. Nesta mesma sessão foi proposta por Joaquim José Pacheco a criação de uma Caixa Econômica²¹, entretanto este projeto acabou não sendo discutido neste ano, voltando à pauta em 1841 quando foi aprovado. Mostrando uma boa articulação política, Rafael Tobias de Aguiar pediu a nomeação de uma comissão para analisar a questão do Banco, ao que Paula Sousa acrescentou ser necessária uma Comissão Especial de cinco membros, dois a mais que o usual. A proposta foi aprovada e nomeou-se a comissão: Vergueiro, Paula Sousa, Pimenta Bueno, Carneiro de Campos e Pacheco. Na primeira sessão em que se discutia o assunto já se tinha a certeza de pareceres favoráveis à questão, posto que a Comissão Especial ficou sob o comando do grupo proponente, lembrando que à época Pimenta Bueno articulava-se ao grupo de Rafael Tobias de Aguiar.

Posteriormente ao parecer favorável da comissão, o projeto entrou em discussão na sessão de 31 de janeiro, até ser aprovado em votação nominal após a terceira discussão em 28 de fevereiro. Com maioria de um voto (18 a 17), o grupo de Vergueiro e Paula Sousa conseguiu enviar o polêmico projeto à Comissão de Redação e depois à sanção de Manuel Machado Nunes, Presidente da Província. Na sessão do dia 9 de março, a Assembléia Provincial recebeu um ofício do Secretário de Governo acusando o rece-

22

Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo – 51ª e 52ª Sessões Ordinárias, 9 e 10 de março de 1840.

23

Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo – 55ª Sessão Ordinária, 13 de março de 1840.

24

Paula Sousa, apesar de membro da Comissão Especial do Banco, não compareceu à Assembléia Provincial neste dia.

25

Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo – 56ª Sessão Ordinária, 14 de março de 1840.

26

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*. 2ªed. Brasília: UNB, 1981. p. 57-58.

27

Ibidem, p. 60.

28

Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo – 56ª Sessão Ordinária, 14 de março de 1840.

29

Cf: SAES, Flávio A. M. de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

30

Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo – 20ª Sessão Ordinária, 21 de março de 1840.

31

Segundo o Regimento da Assembléia, não era permitido que um projeto discutido e recusado em uma legislatura retornasse à discussão sem alterações ou correções.

32

Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo – 12ª Sessão Ordinária, 21 de janeiro de 1842.

bimento do projeto do Banco e no dia seguinte o mesmo comunicou que Machado Nunes havia negado a sanção²². Vergueiro pediu, então, caráter de urgência para a questão, a fim de que ela entrasse na ordem do dia da sessão seguinte com ou sem parecer da Comissão²³.

Contudo a denegação de Machado Nunes foi analisada não só pela Comissão do Banco como também pela Comissão de Constituição. Situação que cindiu ambas as comissões e acabou gerando dois pareceres separados: Pacheco, Carneiro de Campos, Pacheco Jordão e Monteiro de Barros apoiaram a decisão do Presidente da Província, enquanto que Pimenta Bueno, Vergueiro e Andrada Machado²⁴ não aceitaram as justificativas dadas por Machado Nunes para a recusa de sanção²⁵.

Resta conhecer o projeto. A principal, ou primeira, preocupação ao se criar um banco é o capital. Como apresentado anteriormente, sequer Tobias de Aguiar pretendia arcar com este ônus sozinho, sugerindo a necessidade de uma sociedade. O montante inicial é variável, o primeiro banco privado do Brasil, o Banco do Ceará, fundado em 1836, iniciou suas atividades com um modesto capital de 60 contos de réis. Esta quantia parece ter sido insuficiente, pois o banco foi liquidado três anos após a sua fundação²⁶. O já mencionado Banco Comercial do Rio de Janeiro teve o capital fixado em 5.000 contos de réis, enquanto o Comercial da Bahia, fundado em 1845, iniciou suas atividades com pouco menos da metade²⁷.

Estes bancos enumerados a título de exemplo têm em comum seu caráter privado, o que não pode ser dito do projeto do Banco Provincial de São Paulo. De acordo com o projeto, o capital inicial seria de 300 contos de réis e seria captado junto à Caixa Provincial, isto é, a quantia pretendida seria pega do excedente da coleta de impostos para ser investida na própria província. Apesar de constar do projeto a intenção de que o banco também emitisse dinheiro, trata-se na verdade de um banco de crédito, a partir da redistribuição dos impostos. Entretanto, a administração ficaria a cargo de particulares nomeados pela Assembléia Provincial segundo um método original: a cada três anos seria eleita uma Assembléia Bancal composta de 15 membros, dos quais os cinco primeiros seriam escolhidos pela Assembléia Provincial dentre os "mais abastados capitalistas" da praça de São Paulo²⁸, estes cinco escolheriam outros cinco e, por fim, os dez chamariam os últimos cinco. A estrutura proposta criaria uma instituição bancária híbrida, com o dinheiro público provincial sendo administrado por particulares.

É importante salientar que o projeto tinha como alvo a Província de São Paulo, a ponto de não permitir que indivíduos de fora da província contraíssem empréstimos. Todavia, não há elementos suficientes para precisar se o Banco privilegiaria o comércio ou a agricultura, pois não se sabe qual seria o prazo para que as dívidas fossem quitadas. Devido ao tempo da safra empréstimos feitos à agricultura necessitavam de prazos maiores que 12 meses, enquanto que o comércio era capaz de recuperar o investimento feito em prazos menores.²⁹ Carlos Carneiro de Campos propôs prazos diferentes para que as diversas áreas da economia pudessem ser beneficiadas, em especial a agricultura, porém não foi possível averiguar se a emenda foi aprovada³⁰. Quando, em 1842, o projeto do Banco voltou a ser discutido com pequenas alterações³¹ o prazo máximo estipulado para descontos de letras de crédito era de seis meses, o que representa uma ênfase no comércio³².

Como vimos, as comissões ao analisarem a justificativa do Presidente da Província para a não sanção do projeto se dividiram. O texto que apoiou

a decisão de Machado Nunes salientava três pontos: existiam investimentos mais importantes a serem feitos, o capital necessário para o Banco viria dos impostos o que seria oneroso demais para a população, e tratava-se de um investimento de alto risco e atrativo à especulação financeira que em caso de fracasso causaria perdas enormes. Os deputados afirmavam, ainda, que em um primeiro momento o Banco descapitalizaria a Província e que na tentativa de honrar os compromissos corria-se o risco de esvaziar o Cofre Provincial.

O parecer que condenou a decisão do Presidente, por sua vez, fez questão de afirmar o contrário de tudo que foi dito. O Banco incentivaria os investimentos na província, transformando o saldo ocioso do Cofre Provincial em melhoramentos para todos. Como argumento contra o risco de especulação, os deputados defensores do projeto destacavam a administração dos grandes capitalistas, insinuando que a experiência e sucesso alcançados com suas fortunas particulares seriam utilizados para o bem do Banco. Estes argumentos, porém, não foram suficientes para convencer 2/3 da Assembléia Provincial a votar a proposta novamente e derrubar o veto do Presidente.

Na Legislatura de 1842 a Assembléia, de maioria ligada ao grupo de Rafael Tobias de Aguiar, reapresentou o projeto do Banco Provincial, conseguindo aprová-lo. Neste período a presidência da província era ocupada por José da Costa Carvalho que sancionou a lei proposta. Como o Banco não foi instalado no mesmo ano em virtude dos conflitos armados e, em 1843, seu funcionamento não foi possível porque o capital necessário havia sido consumido na Revolução, aparentemente Costa Carvalho optou pela sanção como forma de evitar maiores atritos com o grupo proponente. De qualquer modo, a instituição bancária nunca seria posta em funcionamento³³.

É importante salientar, contudo, que a articulação em torno do projeto do Banco, seja ela contra ou a favor, implica em uma visão comum do funcionamento da Assembléia. Ao que tudo indica, a "maioria" acreditava ser capaz de barrar o projeto ainda nas discussões, porém no dia da votação a "minoridade" contou com a presença de todos os seus deputados enquanto os opositores ao projeto se viram desfalcados naquela sessão. Diante do bom entendimento que o grupo de Pacheco e Carneiro de Campos tinha com o Presidente Machado Nunes a derrota no plenário não teve maiores conseqüências, pois a derrubada do veto necessitaria de 2/3 dos votos, algo impossível em uma legislatura tão equilibrada.

Vale mencionar que a "maioria", vitoriosa em sua oposição ao Banco, contava com nomes como Cel. Silva, abastado capitalista, o Bispo Diocesano, Rodrigo Antonio Monteiro de Barros e bacharéis de grande influência como Carneiro de Campos. Grupo este que não parecia necessitar de um Banco Provincial, talvez por ter fácil acesso a empréstimos no Rio de Janeiro e não ver com bons olhos um volume maior de dinheiro investido nos negócios de seus opositores. A respeito do acesso do grupo da "maioria" a empréstimos fora da Província, fica insinuado nas páginas d'*A Phenix* que o representante do Banco Comercial em São Paulo seria justamente o Cel. Silva³⁴.

Não se pode afirmar que o Banco, nos moldes do proposto por Vergueiro, figurasse nas intenções de Tobias de Aguiar em 1832. Entretanto, a permanência deste projeto deve ser destacada. Muitas mudanças ocorreram entre 1831 e 1840, muitos grupos políticos se formaram, desfizeram-se e originaram outros, de modo que qualquer tipo de relação direta entre

33

Segundo Flávio Saes, a Província de São Paulo "não foi atingida pela onda de formação de bancos iniciada com o Comercial do Rio de Janeiro em 1838 e que nos anos quarenta chega a outras províncias (...). Somente em 1856 instala-se em São Paulo a Caixa Filial do Banco do Brasil - este formado em 1853 pela fusão do Banco Comercial do Rio de Janeiro e do segundo Banco do Brasil (formado em 1851 por Mauá)." SAES, Flávio A. M. de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 72.

34

Ibidem.

aliados ou inimigos do início e do fim do Período Regencial torna-se delicada. Entretanto, o projeto em 1840 foi capaz de aglutinar diversos nomes que anteriormente não apareciam claramente relacionados, permitindo a identificação de alianças e interesses ao menos no interior da Assembléia naquele momento.

Eleições, alianças e "partidos": mais problemas que soluções

A correspondência mantida entre Rafael Tobias de Aguiar e José da Costa Carvalho no início da década de 1830 indica uma aliança no início da Regência. Apesar de tratarem de assuntos de governo, as cartas apresentam tom geralmente íntimo e pessoal evidenciando um contato de longa data. Ao discutirem as nomeações a cargos da administração provincial no período, como para a Tesouraria da Província, o Presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar, pensa no "Mestrinho", apelido de Antonio Mariano de Azevedo Marques, mas considera serem mais propícias pessoas como Manoel Dias de Toledo ou José Manoel da Fonseca. Na mesma carta sugere Joaquim Floriano de Toledo para Inspetor de Alfândega, mas afirma que seria ótimo se "o nosso Paula Sousa, ou o Vergueiro" aceitassem o cargo³⁵.

35

Coleção Eduardo Paulo da Silva Prado, doc. 326.

Oito anos após esta carta, em 1840, na cena política paulista, em que um dos centros era a Assembléia Provincial, temos Paula Sousa, Vergueiro, Joaquim Floriano de Toledo, Manoel Dias de Toledo e Rafael Tobias de Aguiar eleitos Deputados pela "minoría". Por sua vez, José Manoel da Fonseca fazia parte da "maioría", enquanto o "Mestrinho" ocupava o cargo de Secretário de Governo de Manuel Machado Nunes, mesmo cargo que viria a ocupar em 1842 quando da presidência de José da Costa Carvalho, responsável pela repressão ao movimento armado liderado por Tobias de Aguiar.

Essas mudanças de alianças eram (e talvez ainda sejam) muito comuns, contudo não aconteciam sem propósitos. Quando, em discurso na Assembléia Provincial publicado em *A Phenix*, Joaquim José Pacheco afirma que seu "partido", que naquele momento se "fazia exclusivamente amigo da Monarchia", já fora chamado de caramuru e corcunda é esta mudança que se destaca. Pacheco não quis dizer que o Partido Caramuru metamorfoseou-se em "Partido da Ordem", mas que este continha elementos daquele.

"Os partidos moderado e caramuru hoje [1840] estão para assim dizer refundidos, membros do partido moderado, e membros mui distintos fazião parte d'esse partido, que dominara em 19 de Setembro [de 1837, ministério nomeado após a Abdicação de Feijó], assim como outros membros do mesmo partido moderado se achavão nas fileiras adversas, e assim vice-versa, pois findada a missão d'aquelles partidos, e mudando-se as circunstâncias, e necessidades do paiz, outros partidos se forão succendendo, novos programas e novas bandeiras se levantarão, e assim a luta já não é hoje a mesma."³⁶

36

A Phenix, nº 210, 7 de março de 1840.

Neste "Partido da Ordem", como os redatores d'*A Phenix* gostavam de chamar a "maioría", estavam juntos antigos desafetos e antigos aliados. Do mesmo modo, estavam juntos alguns aliados de 1831-32 e velhos opositores no "Partido Paulista", como os redatores d'*O Observador Paulistano* preferiam chamar a "minoría". No entanto, é interessante atentar aos possíveis motivos que fizeram não com que muitos se separassem ao longo da trajetória política, mas que mantiveram unidos outros vários indivíduos mesmo sob novas denominações.

Uma questão como o Banco parece propícia a este tipo de inferência. A atuação na Assembléia Provincial e a insistência do jornal *A Phenix* em

37

O jornal *A Phenix* afirma explicitamente que Amaral Gurgel era o redator d'*O Observador Paulistano*, e fornece elementos que nos fazem crer ser esta informação coerente. Entretanto, Nelson Werneck Sodré e Freitas Nobre indicam Diogo Antonio Feijó como provável redator da folha. Cf.: SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 154. NOBRE, Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950. p. 102.

38

CASTRO, Paulo Pereira de. A 'experiência republicana', 1831-1840. In: HOLANDA, S. B. de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6.ed. T. II, 2º vol. São Paulo: DIFEL, 1984.

39

Este termo deve ser entendido no mesmo sentido do proferido por Joaquim José Pacheco, vide nota 36.

40

A Phenix, nº 227, 9 de maio de 1840.

41

A Phenix, nº 205, 19 de fevereiro de 1840.

atacá-los, sugerem que Vergueiro, Paula Sousa e Tobias de Aguiar eram certamente o núcleo de um grupo político. Próximos a eles estavam principalmente Pe. Dr. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, tido como redator d'*O Observador Paulistano*³⁷, Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, um dos possíveis redatores d'*O Noticiador*, Dr. Manoel Dias de Toledo e Francisco Álvares Machado de Vasconcellos. Com exceção de Gabriel dos Santos recém-chegado ao mundo da política em 1840, os outros estavam juntos há muito tempo não obstante as mudanças dos últimos 10 anos. Vale lembrar também que este período entre os anos finais da Regência e o começo do Segundo Reinado é considerado por Paulo Pereira de Castro como de re-articulações e responsável pelo início da formação dos futuros "partidos" das décadas de 1840 e 1850³⁸.

Na discussão do projeto do Banco Provincial este núcleo capitaneado por Tobias de Aguiar e Vergueiro mostrou grande articulação política, demonstrando também partilhar de um certo conjunto de idéias. Uma instituição bancária focada na concessão de crédito a paulistas a partir de dinheiro público pode indicar tanto a visão que este grupo possuía da administração provincial quanto qual parcela dos cidadãos eles representavam. Deixando de lado a opinião dos opositores, para os quais o Banco seria um modo de enriquecer uma minoria, deve-se encarar a proposta de se utilizar o saldo dos cofres públicos em benefício da própria província como "programa de partido"³⁹. A Assembléia Bancal, com seus 15 membros nomeados entre os maiores capitalistas estaria provavelmente sob o controle do Partido Paulista. Até mesmo os opositores acreditavam nisso, afirmando que os cinco primeiros Deputados Bancais seriam Rafael Tobias de Aguiar, João da Silva Machado, José Manoel de França, Joaquim José dos Santos Silva, e o único não pertencente ao grupo, mas grande capitalista, Coronel Prado.⁴⁰ Assim, provavelmente estariam entre os beneficiários dos empréstimos do Banco os "partidários" do grupo de Tobias de Aguiar.

Mesmo considerando que tomar o excedente dos impostos em socorro dos produtores e comerciantes seja privilegiar seus interesses, não se pode deixar de analisar a questão como um entendimento específico da política provincial. Ao que tudo indica, o grupo de Rafael Tobias ou o Partido Paulista considerava necessário investir na província uma quantidade de dinheiro maior do que os seus próprios esforços permitiam. No entanto, ao propor que o investimento ou socorro aos cidadãos viesse por via oficial poder-se-ia ter como objetivo responder a eleitores e votantes. Ao se estabelecer que o Governo Provincial socorresse produtores e comerciantes, e sendo os responsáveis os políticos do Partido Paulista, é possível imaginar se tratar de uma medida capaz de solidificar as bases do grupo na província. Não pretendo afirmar que o projeto do Banco proposto possuísse respaldo "popular", mas sim que responderia às necessidades de uma parcela da população com perfil próximo aos idealizadores do Banco e seus partidários.

A dificuldade reside em identificar esta parcela. Chamá-la de "proprietários" ou "comerciantes" é tão vago quanto dizer se tratarem de "cafeicultores" ou "tropicistas". Homens como Tobias de Aguiar e Vergueiro participavam de todas estas atividades e em grande escala, como autênticos "capitalistas", a ponto do redator d'*A Phenix* agrupá-los pejorativamente sob o rótulo de "partido da fortuna colossal"⁴¹.

O primeiro passo para identificar o estrato da sociedade representado pelo Partido Paulista talvez seja delimitar ao máximo o próprio "partido".

Infelizmente não há como caracterizá-lo a não ser pelo olhar de seus opositores. Isto decorre tanto da falta de declarações em nome de um grupo organizado – não se trata de um partido segundo os moldes atuais – quanto da ausência de um número significativo de fontes de autoria deste grupo. Contudo, o olhar dos inimigos desnuda, por vezes, mais que uma auto-análise, e mesmo que haja o risco de difamações e calúnias é lícito interrogar as intenções destas atitudes. Em outros termos, pretendo delimitar o auto-intitulado Partido Paulista a partir das declarações de seus oponentes.

Analisando-se os jornais é possível descortinar as relações entre grupos e entre poderes na Província, assim como as mediações entre políticos e seus eleitores e votantes, algo impossível apenas com a consulta dos *Anais*. Em outros termos, a imprensa permite o acesso àqueles que fazem parte da política do lado de fora dos plenários e instituições oficiais, sem, contudo, deixar de influir sobre eles. Ademais, a imprensa periódica desta época era responsável por levar o debate político para além dos limites institucionais como as Assembléias Provincial e Nacional, informando seus leitores e buscando o apoio de seus eleitores. Os redatores de jornais como *A Phenix* ou *O Observador Paulistano* tinham claramente definido seus objetivos, escrevia-se visando a civilização do leitor, mas no sentido de torná-lo cidadão. Ou seja, estava em questão o exercício da cidadania expresso por meio da participação política e para tanto se fazia necessário levar ao eleitor e, principalmente, ao votante a pedagogia política de cada grupo. Vejamos como as regras eleitorais ensejavam esta disputa pública por eleitores e votantes nas páginas dos periódicos.

Em uma eleição em dois níveis com critérios censitários temos um primeiro escrutínio no qual os denominados votantes, detentores de uma renda líquida anual mínima de 100\$000rs, elegem os eleitores⁴². Estes, que escolhiam os deputados, senadores e o regente, necessitavam ter uma renda líquida anual de 200\$000rs ou mais⁴³. Diante das sucessivas desvalorizações da moeda brasileira, o número de votantes⁴⁴ parece ter sofrido um sensível aumento, de modo que a base eleitoral teria passado a compreender um número maior de pequenos produtores, lavradores e trabalhadores urbanos.

A regra estipulada pelo decreto que vigorou até 1846, sendo apenas alterada em alguns pontos em 1842, destaca algumas questões de relevo. Primeiramente, sem desconsiderar o critério censitário marcado pela Constituição do Império, o sistema eleitoral estava focado no eleitor, o segundo nível do processo. Ou seja, a base formada pelos votantes não parece ter sido alvo de grandes reflexões em 1824, quando da formulação do regulamento. Tendo decorrido mais de 15 anos, a imprensa e os próprios políticos já haviam notado que caso não "controlassem" ou "influíssem" na decisão dos votantes poucas chances eles teriam de obter um eleitor favorável ao seu grupo. Contudo, este suposto "controle" não era tão simples devido ao procedimento adotado nas eleições. De acordo com o Decreto de 26 de março de 1824 cada votante deveria escrever na cédula tantos nomes quantos fossem os "que a Paróquia deve [devia] dar para eleitores" e suas respectivas ocupações.

Note-se que o votante precisava conhecer razoavelmente bem os cidadãos elegíveis, pois além de seus nomes deveria constar também a origem de sua renda que lhe permitia ser eleitor. Por outro lado, não havia uma lista fixa de candidatos, apenas de indivíduos passíveis de serem eleitos.

42

Os termos "votantes" e "eleitores" passaram a ser utilizados oficialmente no Decreto nº 157, de 4 de maio de 1842. Entretanto, diante do caráter complementar deste decreto em relação ao decreto de 26 de março de 1824 é provável que esta nomenclatura fosse utilizada antes de figurar na letra da lei.

43

SOUSA, Francisco Belisário Soares de. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal/ UNB, 1979. Toda a legislação eleitoral consultada encontra-se em anexo a esta edição da obra de Soares de Sousa.

44

Em virtude do número de eleitores estar relacionado ao número de fogos e, segundo o Decreto nº 157, "por Fogo entende-se a casa, ou parte dela, em que habita independentemente uma pessoa ou família; de maneira que um mesmo edifício pode ter dois, ou mais Fogos", o número de eleitores apresenta menor variação, não dependendo apenas do critério censitário. In: SOUSA, Francisco Belisário Soares de. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal/ UNB, 1979, p. 202.

Era estipulado um número de eleitores, mas não seus nomes. A cédula não passava de uma folha de papel na qual o votante deveria escrever de acordo com sua memória os nomes da sua preferência. Este sistema funcionava também no 2º grau da eleição e para todos os cargos, de Deputado Provincial à Senador ou Regente, e perdurou mesmo após a lei de 1846. Parece, à primeira vista, um pouco surpreendente, porém não era concebível que nomes fossem indicados previamente. Quem os indicaria? Em um período que se desconhecia a noção de partido no sentido contemporâneo do termo não havia quem estipulasse nomes de candidatos, ao menos não de forma oficial. Deve-se ter em mente que os partidos políticos, enquanto entidades organizadas e agremiações de pessoas do mesmo credo político, ainda estavam em formação, portanto seria anacrônico analisar este contexto à luz da cena partidária dos anos finais do século XIX ou do século XX. A própria palavra "partido" apresentava grande ambigüidade sendo utilizada em diferentes sentidos. Pode-se considerar *grosso modo* que havia três entendimentos usuais: significando um grupo de indivíduos que pensavam e agiam de forma semelhante, uma seção dentro de uma assembleia, ou uma facção, com conotação pejorativa.

O primeiro uso não era incomum, todavia se mostrava frágil. Se por várias vezes a imprensa nomeava um partido isso estava longe de traduzir um entendimento consolidado sobre o funcionamento da política. Muito comuns eram os Partidos Ministeriais, por exemplo, que contavam com diferentes partidários e grupos de apoio e mudavam a cada novo ministério. Em 1838, os redatores do jornal *A Phenix* se diziam "ministeriais", bem entendido partidários do Gabinete 19 de Setembro de 1837, encabeçado por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Entretanto, apoiavam Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti na eleição para regente sem se oporem ao eleito Araújo Lima⁴⁵. Mesmo assim ainda se falava em São Paulo no Partido da Ordem e no Partido Paulista, contudo eles não possuíam qualquer organização centralizada ou propostas unificadas. De qualquer modo é importante lembrar que durante o período compreendido por esta pesquisa a imprensa não utilizou os termos Partido Liberal e Conservador como comumente é afirmado pela historiografia.

Por sua vez, a segunda noção era muito utilizada para caracterizar uma assembleia, fosse ela provincial ou geral. O critério era simples, consistia em dividir o plenário em Partido da Maioria e Partido da Minoria, de tal sorte que a minoria sempre acabava por carregar consigo o estigma de opositor. Esta prática indica que os políticos da época tinham total conhecimento de seus aliados e adversários, entretanto não se pode acreditar que esta divisão abarcasse todas as possibilidades de confronto político. Dividir em maioria e minoria é homogeneizar a cena política e eliminar os diferentes matizes que compõem uma assembleia. De qualquer modo esta prática por parte dos próprios políticos e periódicos da época destaca a existência de uma ação organizada ao menos dentro do plenário, onde uma série de acordos e parcerias se mostrava necessária para que a defesa de interesses pudesse ter um mínimo de sucesso.

O último uso decorre em parte da visão de política da época defendida como argumento ou como modelo de conduta. O homem público, na verdade, não passaria de um cidadão que se lançava na política e como tal lutaria em nome dos únicos objetivos dignos do embate político: o bem comum e o progresso da Nação. Logo, todo político era um cidadão brasileiro interessado no bem do Império ou de sua Província, parte constituinte

45

Diversos números, entre eles: *A Phenix*, nº 8 e 13, 17 de fevereiro e 7 de março de 1838.

deste mesmo Império. Esse raciocínio não permite que alguém defenda uma parte, uma fração. Assim, o homem de partido seria também um homem partido e interessado em tomar uma parte do todo em seu benefício, algo inaceitável.

Ora, não havendo partidos no sentido contemporâneo da palavra e, portanto, não existindo também uma relação pré-fixada de candidatos, restaria à imprensa veicular a disputa eleitoral. Cabia a ela manter na memória dos leitores e eleitores os nomes dos políticos interessados em ganhar as eleições, além das campanhas dos próprios candidatos. No entanto, em um sistema de dois níveis é alvo de preocupação não apenas a escolha feita pelos eleitores posto que estes são menos numerosos e mais facilmente "influenciáveis". Infelizmente, não há muitos indícios de como era feito o convencimento dos votantes quanto à escolha de seus eleitores. Aparentemente, este nível do processo eleitoral gozava de certa "liberdade", ou gozaria caso não fosse a cédula.

Como lembra Manoel Rodrigues Ferreira, a lei exigia que a cédula com a relação dos nomes fosse assinada pelo votante, mas não especificava em que momento isto seria feito⁴⁶. O cidadão poderia facilmente trazer sua cédula devidamente preenchida e assinada para apenas depositar na urna. Ao contrário da antiga legislação portuguesa, o votante não poderia ditar ao secretário sua intenção de voto caso não soubesse escrever. No entanto, o decreto de 1824 também não proibia explicitamente o voto do analfabeto, permitindo a ação de ludibriadores ou de indivíduos coagidos a entregar as cédulas preenchidas por outrem.

Quando se discute as eleições no Império é tentador considerar que a corrupção e a fraude reinavam absolutas, de tal modo que a representação política constituía uma grande farsa. Sem desconsiderar os inúmeros artifícios utilizados para se obter uma vitória nos pleitos, deve-se ponderar as dimensões da corrupção. Do contrário, porque tanta insistência em se discutir propostas e candidatos nas páginas dos jornais? De um modo ou de outro havia um entendimento prático da discussão política pelos periódicos, havia quem ouvisse o debate veiculado pela imprensa. Em última instância, existia uma "opinião pública".

Quem fala, o que fala e para quem fala

Para Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros, a "opinião pública" pode ser entendida como "a opinião com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado"⁴⁷, constituindo-se em instrumento de legitimação política, alinhada às concepções liberais clássicas responsáveis pela idéia de representação.

Seguindo o caminho reflexivo dos autores de *Palavra, imagem e poder*, deve-se ponderar a pecha de "elitista" por vezes imputada à imprensa do período. A despeito da grande taxa de analfabetismo, não se pode considerar que os jornais circulavam em um ambiente restrito formado apenas por grupos letrados. Do contrário seria entender o "jornalista" como divulgador de idéias a seus pares, em um debate intragrupo. Deve-se levar em consideração que o jornal continuava a ter características típicas de outros impressos como os panfletos e cartazes. Afora o analfabetismo há de se considerar, também, o preço das folhas um fator limitante. Como forma de ampliar o número de leitores para além dos assinantes eram comuns a leitura pública e a circulação gratuita.

46

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2001. p. 145.

47

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. p. 22.

Um dos meios de se verificar os objetivos dos redatores no que tange o público menos letrado é a correspondência veiculada pela imprensa. Jornais como *A Phenix* e *O Observador Paulistano* mantinham uma seção regular de "cartas dos leitores". No entanto, a veracidade destas cartas, quanto a sua autoria, é de difícil averiguação. Os missivistas geralmente assinavam com pseudônimos relativos a sua localidade de origem – "o lorenense" ou "o sorocabano" – ou ainda sobre seu estado de espírito – "o melancólico" ou "o imparcial" – não oferecendo qualquer pista a respeito de um compromisso com a publicidade de nomes ou identificação destes pelos leitores. Ganha destaque aqui o fato das cartas expressarem sempre a opinião do autor, seja ele um leitor real ou o redator do periódico. Para ambos os casos deve-se considerar também a preocupação em publicar a correspondência em seção específica e com certo destaque, transmitindo uma imagem de proximidade entre o periódico – e todo o conjunto de pessoas por trás dele – e os leitores. Reforça-se, assim, o entendimento do jornal como veículo de difusão de um ideário inscrito em um plano de pedagogia política.

48

A Phenix, nº 12, 17 e 21; 3 e 24 de março, e 7 de abril de 1838.

Para citar apenas um caso, o jornal *A Phenix*, ligado ao auto-intitulado Partido da Ordem, publicou três cartas assinadas por um "Eleitor rosseiro"⁴⁸ [sic]. É significativo que este missivista use como pseudônimo sua condição de cidadão ativo e seu perfil sócio-econômico. A quem o jornal estaria se dirigindo publicando esta correspondência? Sendo eleitor ele possuía uma renda anual mínima de 200\$000rs, o que lhe permitia também ser eleito Deputado. Ao se identificar como eleitor ele salientava igualmente o exercício de sua cidadania, sua preocupação e intenção em participar das decisões políticas. Por sua vez, declarando-se roceiro passava a circunscrever suas relações sócio-econômicas: não possuía grande propriedade ou grande capital, e produzia gêneros de abastecimento. O jornal sinaliza para um perfil muito peculiar que sugere a reflexão acerca das características de um votante. Qual seria o patrimônio dos votantes deste eleitor? Com certeza menor que deste roceiro, mas seriam outros pequenos proprietários ou arrendatários?

O autor destas cartas justifica sua decisão de escrever apenas porque sua posição de eleitor exige, pois do contrário, sendo roceiro e pouco instruído, não se arriscaria no campo das letras. Contudo, ao citar Horácio toda sua tentativa de se mostrar popular, sem frases rebuscadas ou requintes de erudição cai por terra. O autor pseudo-ignorante reforça a hipótese de o "eleitor rosseiro" tratar-se não de um "leitor-autor", mas sim de um "leitor-alvo", um público a quem os redatores pretendiam levar a pedagogia política.

Muito provavelmente seria este o perfil do eleitorado que necessitava ser convencido, a quem os periódicos e os grupos políticos por trás deles pretendiam mostrar a "verdade" dentro da política provincial. Desse modo, a leitura dos jornais leva a crer que a imagem da eleição previamente decidida com base na fraude constituía apenas uma face do jogo político. Lembrando da discussão realizada acerca da legislação, suas falhas e tentativas de acerto, é possível imaginar que havia uma margem de tolerância com relação à corrupção nas eleições, a ponto de uma parte da disputa permanecer indefinida até o momento das apurações. Em 1842, como conseqüência das eleições de 1840, fez-se necessário uma pequena reforma quase que emergencial para contornar os abusos e, posteriormente, uma nova lei eleitoral. Pode-se encarar estas mudanças entre 1842 e 1846

como revisões desta margem de ação: a parcela da eleição suscetível à fraude e a parcela indefinida que era, efetivamente, alvo de disputa pelos diversos grupos políticos. Sendo esta hipótese plausível surge uma questão: seria possível que o grupo de Rafael Tobias de Aguiar, o Partido Paulista, tendo perdido o controle sobre a parcela controlável por ter sido alijado do poder após a queda do *Gabinete Maiorista*, temia perder também espaço na parcela alvo de disputa? Seria a maioria dos "eleitores-roceiros", naquela ocasião, mais propensa a seguir o Partido da Ordem? Ou ainda, os núcleos dos grupos atravessavam um momento de grande atrito fruto desta indefinição no campo eleitoral?

Voltemos a pensar que perfil teria o núcleo do Partido Paulista. Por ocasião das eleições provinciais de 1839 – que resultaram em polarização da Assembléia Provincial – para a legislatura que iniciaria no ano seguinte, *A Phenix* promoveu grande campanha contra o grupo de Rafael Tobias de Aguiar. Partindo da premissa que este grupo representaria um perigo para a província, o redator da folha conclamava seus leitores a bani-los da Assembléia por meio das urnas. Para que os eleitores soubessem com clareza quais os homens que não mereciam o voto naquelas eleições o jornal ofereceu uma lista com 36 nomes, o número exato de assentos da Assembléia Provincial e de nomes que o eleitor deveria escrever em sua cédula.

O redator possuía total consciência da dificuldade de sua campanha, o alvo de suas críticas não era nem tão claramente identificável nem tão odiado a ponto de justificar uma hostilidade total e declarada.

"O inimigo, que tendes a combater é tanto mais temível, que elle habita no meio de vós, vos observa no seio de vossas famílias, assiste á vossos jantares e festas, convive com vosco, da-vos a mão de amigo, e estuda a todo momento o ensejo propicio para tragar vos. Elles tem ja alguns de seus cúmplices em armas nos campos de combate, mas uma parte a mais temível certamente, vaga por entre vós, alentando de dentro por todo genero de intriga a tentativa dos rebeldes ostensivos."⁴⁹

49

A Phenix, nº 160, 4 de setembro de 1839.

Tendo em mente que várias inimizades de 1839 já haviam sido alianças políticas em 1832, o excerto acima não parece causar surpresa. Mas o redator acaba por dizer mais, ele apresenta uma teia de relações pessoais, nas quais podem coexistir posições políticas diversas no interior de um círculo de amigos ou no "seio das famílias". Obviamente, o jornal pretendia imprimir um tom alarmante, de perigo não apenas político como também físico. As suas palavras deixam ainda uma dúvida: as escaramuças e homens em armas estariam apenas fora da província?

Na edição do dia 7 de setembro de 1839, dia da eleição, o redator tentou mais uma vez. Em longo artigo, explorou o medo de rebeliões – o Rio Grande do Sul e o Maranhão estavam conflagrados –, as polêmicas interpretações do Ato Adicional e a morosidade que julgava tomar conta da Assembléia Geral. Para ele, a Província de São Paulo encontrava-se dividida em dois partidos "eminentemente pronunciados", o que não significa serem os únicos. Todavia, estes seriam eles:

o primeiro "tem sempre pregado e sustentado a união entre os brasileiros, (...) tem feito causa commum com os sustentadores da ordem, e debeladores da anarchia, (...) tem sempre marchado no espinhoso caminho da liberdade com a necessaria moderação e receio, e (...) tem sempre buscado circunscrever-se na esphera de gosos traçada pela Constituição do Estado evitando cuidadosamente dar um passo fora da mesma."

"O partido opposto que sob o especioso pretexto de progressismo parece ter só

em vista cançar as forças do nascente Estado em uma marcha acelerada, debilitar com constantes transposições todos os meios conservadores, e conduzir-nos alfim[sic] aos horrores e complicaçoens de um marasmo político."⁵⁰

Pode-se notar a ênfase dada pelo redator às oposições *moderado-marcha acelerada* e *ordem-anarquia*, em frases que aludem a movimento, em especial, ao caminhar. Ambos os partidos queriam que a Província e o Império caminhassem, mas um desejava fazê-lo aos saltos, em *marcha acelerada*, sem considerar o caminho já percorrido. Este procedimento acabaria estafando a estrutura do Estado, levando-o ao marasmo político. O outro partido, ao contrário, defendia uma marcha cautelosa e, portanto, mais segura e decidida, respeitando as diretrizes traçadas pela Constituição.

Em outras palavras, o partido de Rafael Tobias de Aguiar, Vergueiro, Paula Sousa e outros, seria propagador da anarquia, não-constitucional e afoito. Veja que é possível trocar estas características por adjetivos pessoais, como rebelde, infenso a regras e impaciente. Não seria o suficiente para caracterizar um jovem? Em oposição, o outro grupo possuiria todas as vantagens da maturidade: tranqüilidade, experiência, cautela e respeito à ordem instituída.

Esta imagem juvenil é, evidentemente, um modo de tentar desqualificar o projeto encampado por este grupo. Mas como se deve encarar esta caracterização? Seria uma alusão à idade dos políticos do Partido Paulista ou à origem de seus cabedais? A resposta a estas perguntas não é simples, porém o jornal *A Phenix* indica, novamente, um caminho. Em artigo do dia 31 de julho de 1839, o redator ao se referir ao grupo de Vergueiro, Álvares Machado e Rafael Tobias, assim os caracteriza:

Filhos do nada, engrandecidos pelas conturbações políticas, elles aprenderam para sempre a trilhar o caminho das revoluçoens, e o elemento das revoltas é o único que possa saciar sua sede de mando e de elevação.⁵¹ [grifos meus]

Para o grupo ligado ao jornal, os políticos do Partido Paulista teriam uma origem política recente e seu poder seria originário de acontecimentos igualmente "recentes", relacionados à Abdicação⁵². Contudo, é importante esclarecermos a que tipo de poder o redator alude. Ao chamá-los de "filhos do nada" há uma clara alusão a uma falta de tradição, à ausência de uma riqueza familiar. Porém, não se nega que em 1839 estes indivíduos possuíam dinheiro. Ao contrário, eles eram donos de "fortunas colossais" e por isso representavam uma ameaça. A sede era de mando e elevação na política provincial e nacional, pois surgidos efetivamente na cena política da Corte com as conturbações de 1831, seu poder ainda não estaria consolidado ou não possuía uma representatividade proporcional a sua fortuna.

Esta origem recente é constantemente enfatizada por meio dos apelidos que o jornal criava para seus adversários a fim de ridicularizá-los. Com muita freqüência um ou outro político do Partido Paulista era chamado de *Dr. Janistroques* ou, no caso de Gabriel José Rodrigues dos Santos, *cavaleiro da cara-suja*. Tanto *janistroques* quanto *cara-suja* são sinônimos de João-ninguém, indivíduo de baixa extração social. Mas é importante notar que há uma diferença entre o *caipira de Sorocaba*, Rafael Tobias de Aguiar, e Gabriel dos Santos. O primeiro é dono de uma "fortuna colossá" e grande nome dentro do Partido Paulista, enquanto o segundo faz parte do grupo dos jovens recém ingressos no mundo da política e responsáveis pela edição de outros jornais de oposição como *O Noticiador* e *O Públicola*.

Cf.: LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. O autor trabalha a questão da elevação política e econômica de grupos do Sul de Minas Gerais ligados ao comércio de abastecimento no mesmo período aqui estudado.

53

A Phenix, nº 152, 7 de agosto de 1839.

54

A Phenix, nº 153, 10 de agosto de 1839. Cf.: MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.

55

A Phenix, nº 240, 1º de julho de 1840.

56

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.110.

57

A Phenix, nº 237, 17 de junho de 1840.

58

A Phenix, nº 224, 29 de abril de 1840.

O jornal *A Phenix* destacou também a formação destes homens públicos. Apesar de Vergueiro ter estudado em Coimbra, o mesmo não ocorreu com os demais. Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, Presidente da Província de São Paulo entre 1836 e 1838 e ligado ao Partido Paulista, não teria sequer completado seus estudos superiores na Província. Sem instrução e ilustração, teria alcançado a presidência graças à suas relações com Vergueiro⁵³. Rafael Tobias de Aguiar foi alvo das mesmas críticas, tendo estudado latim, retórica e matemática na Província, ascendeu na vida pública em decorrência de suas posses e influências⁵⁴. Em uma carta publicada pelo jornal *A Phenix* Rafael Tobias de Aguiar é descrito como bruto, limitado intelectualmente, mas rico e poderoso⁵⁵.

Sequer os egressos da Academia Jurídica de São Paulo estavam a salvo deste tipo de acusação, pois não era rara a imagem do estudante preguiçoso e ignorante⁵⁶. O mesmo Gabriel Rodrigues dos Santos, alvo constante de chacotas, teria dito na Corte a um senhor não declarado: "Sinhó Doutó!! Voce-missé tem algum livro, que dé para mim lé?"⁵⁷ O vocabulário pobre atribuído a esses políticos, ou como expresso no periódico, esse "português de negro", possuía o claro intuito de desqualificar o adversário. Contudo, reforça a idéia da origem não tradicional dos integrantes desse grupo. Quando das Eleições Gerais de 1840, o redator de *A Phenix* lamentava que mesmo dentre os membros do "partido collossá" os homens letrados haviam sido preteridos por "traficantes de burros", "labregos e toucinheiros"⁵⁸. Em outras palavras, os comerciantes de animais e tropeiros, os homens rudes do campo e vendedores de toucinho, como Rafael Tobias de Aguiar, Joaquim Floriano de Toledo e João da Silva Machado haviam alcançado maior votação que seus partidários letrados como Joaquim Octávio Nébias, Manoel Dias de Toledo, Gabriel Rodrigues dos Santos ou João Crispiniano Soares.

É importante salientar que quando o jornal manifesta seu espanto com relação ao procedimento do Partido Paulista, seu redator acaba sugerindo a existência de uma heterogeneidade interna ao grupo, além de um perfil mais "provincial" de certos integrantes. Por que utilizar a expressão "traficantes de burros" ao invés de tropeiro? Provavelmente na intenção de diminuir a dimensão do comércio realizado por estes indivíduos, posto que o tropeirismo não representava demérito na sociedade paulista da época. Ao mesmo tempo, chamá-los de "toucinheiros" pode significar uma relação com redes de abastecimento e a pouca instrução destes indivíduos é relativa, assim como a antiguidade de suas riquezas. A intenção destes argumentos é justamente criar uma imagem de pouca capacidade, de favorecimento em detrimento da reconhecida competência. Trata-se de discurso da oposição, no entanto traz a lume a origem provincial (ou provinciana) destes políticos. Homens como Rafael Tobias de Aguiar e Gavião Peixoto possuíam uma ligação muito grande com a política local, mas almejavam expandir suas influências. A hipótese é que deste desejo de ascensão política e econômica para além das fronteiras provinciais surgiu o embate com outros grupos que já possuíam certa projeção nacional, ou melhor, na Corte.

Poder-se-ia argumentar que Tobias de Aguiar possuía ligações com a praça do Rio de Janeiro, tendo na cidade representantes comerciais e sócios. Devemos, entretanto, ponderar a importância destes representantes, pois exportar pelo porto do Rio de Janeiro não implicava em ter influência no comércio nacional. Devido à impossibilidade de se dissociar a política da economia, somos obrigados a refletir a respeito dos caminhos que as ligam.

59

A historiografia usa associar Feijó a Rafael Tobias de Aguiar devido a sua participação no movimento armado de 1842. Entretanto, o ex-Regente possui uma trajetória política complexa e pouco estudada, o que exige cautela. Não sabemos precisar de que modo e com que influência Diogo Feijó fazia parte deste grupo.

60

Vergueiro chegou ao Senado eleito por Minas Gerais em 1828 e Feijó pela Província do Rio de Janeiro nomeado em 1833, mesmo ano da nomeação de Paula Sousa.

61

Estas animosidades, chamadas pela imprensa da época de "bairrismo", foram comuns não apenas em São Paulo. Segundo *A Phenix*, os jornais *O Chronista* e *O Sete de Abril*, ambos da Corte, também utilizaram a província de nascimento como argumento em defesa de candidatos ao Senado pelo Rio de Janeiro nas eleições de 1839 (nº 97, 19 de janeiro de 1839). Referente à questão da formação das identidades nacional e locais ver também: JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta*. 1º vol. São Paulo: SENAC/SESC, 2000.

62

Coleção Eduardo Paulo da Silva Prado, doc. 346.

63

O Tebyreçá, nº 19, 21 de abril de 1842.

Questões e possibilidades de entendimento

É possível supor que os meios necessários para se projetar no cenário econômico da Corte fossem semelhantes aos necessários para a cena política. Não bastava, ao que tudo indica, ter um lugar na Assembléia Geral. Ou era preciso, ao menos, prolongar a permanência do partido na Câmara dos Deputados. O Partido Paulista contava com três senadores – Vergueiro, Paula Sousa e Feijó⁵⁹ – sendo apenas Paula Sousa eleito por São Paulo⁶⁰. Qual representatividade teriam estes políticos na cena nacional em prol dos "Paulistas"? Seriam as cadeiras no Senado suficientes para estabelecer uma ligação efetiva com o poder central? A participação destes políticos paulistas exige uma investigação mais acurada, porém a pesquisa realizada aponta para uma situação complexa. Estes indivíduos não estavam privados do acesso às esferas de poder do Estado, estavam presentes na Câmara e no Senado, e já haviam feito parte da Regência. Seria esta permanência curta e instável, dependendo da política provincial?

As raízes deste grupo estavam todas na província. Seus opositores faziam questão de destacar as origens "caipiras" dos "colossais", em contrapartida, descreviam a si próprios como ilustrados e dotados de um espírito mais cosmopolita. Talvez a grande diferença entre estes dois grupos fosse a ligação com o "nacional" expresso pela Corte. Enquanto os homens do Partido da Ordem possuíam bases sólidas na província e influência na política e na economia em esferas mais amplas, os partidários do Partido Paulista buscavam consolidar um poder político provincial proporcional ao econômico que permitisse, desse modo, alçar vôos mais altos.

De certo modo, as posturas "bairristas"⁶¹ ou de defesa do elemento local decorrem deste modo "caipira" de fazer política. Quando Tobias de Aguiar discute as nomeações a cargos provinciais com Costa Carvalho e afirma não fazer questão, naquele momento, de nomes específicos contanto que fossem paulistas os escolhidos⁶², o político sorocabano estava externando sua visão da política: do local para o geral, da base para o topo. O problema surgiria quando este grupo visse suas ambições nacionais obstaculizadas por competições acirradas no plano local.

Em 1842, antes da eclosão dos confrontos armados, Rafael Tobias de Aguiar e Gabriel Rodrigues dos Santos fundaram o jornal *O Tebyreçá*. De linguajar agressivo e direto, o periódico concentrou seus esforços na denúncia do "cativeiro" no qual se encontravam os paulistas. Para *O Tebyreçá* e, antes dele, *O Observador Paulistano* e *O Noticiador*, os naturais da província estavam sendo preteridos por indivíduos de outras províncias – os *arribados* e *espumas estranhas* – nas nomeações para empregos públicos. Na edição de 21 de abril de 1842, *O Tebyreçá* publicou o *Hymno da Bahianada!*:

"Os Paulistas são captivo,
São captivo dos Bahiano,
Que d'elles podem dispô
Como Sinhô Soberano!
Bahia é Cidade,
Paulicéa é grota,
Viva Mont'Alegre,
Morra Patriota!!
Ioio Barão é Bahiano
É Bahiano o Inspectô,
É Bahiano o Juiz do Civre,
E até mesmo o Promotô."⁶³

64

De acordo com Freitas Nobre, os redatores d'*A Phenix* seriam o advogado pernambucano Clemente Falcão de Sousa e o desembargador baiano e Deputado Geral e Provincial por São Paulo Joaquim José Pacheco, sendo este o principal responsável pelo periódico.

65

A Phenix, nº 226, 6 de maio de 1840.

No momento em que este "hino" foi publicado a presidência da província era ocupada por José da Costa Carvalho, o Barão de Monte Alegre, residente em São Paulo há mais de 20 anos. O Juiz do Cível era Joaquim José Pacheco, também há muito estabelecido na província e um dos redatores do jornal *A Phenix*. Sobre o Inspetor da Tesouraria e o Promotor há poucas informações, sabe-se apenas que este último era Francisco José de Lima. Entretanto, este tipo de ataque já acontecia desde 1838 nas páginas d'*O Observador Paulistano*, ao qual *A Phenix* respondia a cada número, condenando o "bairrismo" e argumentando não ser verdade esta suposta preponderância dos "baianos". A fim de convencer seus leitores, o redator (ele próprio um *arribado*⁶⁴) optou por listar, em 1840, os cargos e a origem dos indivíduos que os ocupavam. Dos sete Juizes de Direito da província, um era mineiro, outro baiano e cinco eram paulistas, o Presidente da Província, Manuel Machado Nunes, era fluminense, o inspetor era baiano e o procurador fiscal era paulista⁶⁵.

Curiosamente, o redator d'*A Phenix* acabou por fornecer os empregos julgados chave para a política provincial. A existência de não-paulistas nestes cargos possui explicação e, aparentemente, não representam uma "perseguição" política. Sendo a grande maioria destes empregos preenchida por bacharéis é compreensível que indivíduos vindos de todas as províncias do Império para estudar na academia de São Paulo fixassem residência na cidade depois de formados e buscassem inserção na cena local.

Estes *arribados* seriam, então, cooptados pelos grupos provinciais a fim de qualificar suas ações políticas. Não possuo até o momento números consistentes para afirmar categoricamente, porém o debate da época leva a crer que os bacharéis "não-paulistas" acabavam ingressando com mais freqüência no Partido da Ordem. Na verdade, deve-se investigar se no Partido Paulista havia poucos bacharéis de outras províncias ou, simplesmente, havia poucos bacharéis. É provável que devido a uma riqueza recente e a uma formação provinciana, os bacharéis formassem um contingente relativamente pequeno entre os partidários de Rafael Tobias de Aguiar, ao menos entre os políticos mais velhos.

Desse modo, a combinação entre poder inconstante na província e poucos indivíduos aptos a assumirem cargos públicos no grupo de Tobias de Aguiar pode ter levado um número significativo de não-paulistas ligados ao Partido da Ordem às administrações locais e provincial, lembrando que cargos importantes na hierarquia político-administrativa eram de nomeação do Poder Central, mas outros postos não menos significativos eram preenchidos sob ordem do Presidente da Província. Um exemplo significativo dessa "inconstância" é a presidência de Rafael Tobias de Aguiar entre 1840 e 1841. Como dito acima, em 1840 a Assembléia Provincial sofreu uma polarização em consequência das eleições de 1839, enquanto a presidência da província estava a cargo de Manuel Machado Nunes que, apesar de não estar intimamente ligado ao Partido da Ordem, conforme faz supor *A Phenix*, de modo algum compactuava com o Partido Paulista. No ano seguinte esta divisão de forças se desfez com a nomeação de Tobias de Aguiar para Presidente da Província em 6 de agosto de 1840.

Com a posse do político sorocabano, alguns partidários seus foram nomeados para empregos provinciais, entre eles Gabriel José Rodrigues dos Santos, que assumiu como Secretário Geral da Província. Outros dois nomes que faziam parte, naquele momento, do "partido" retiraram-se para a Corte ainda no ano de 1840: Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva,

Ministro do Império, e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, nomeado Ministro da Fazenda, ambos já Deputados Gerais por São Paulo. Se na Corte eles estavam colhendo os frutos do Golpe da Maioridade, na Assembléia Provincial de São Paulo o Partido Paulista perdia terreno, permitindo que seus opositores provinciais tomassem as rédeas dos trabalhos legislativos, uma vez que a bancada local ficou desfalcada.

Pode-se considerar que na Legislatura Provincial de 1840-1841 o domínio político foi efetivamente dos membros do Partido da Ordem, apesar de terem perdido o apoio do Presidente no segundo ano. Entretanto, é importante salientar que a Legislatura seguinte contou com uma maioria fiel ao grupo de Rafael Tobias de Aguiar. Considerando que a eleição para a Assembléia de 1842 ocorreu nos últimos meses de 1841, ou seja, na administração de Miguel de Sousa Melo e Alvim, tido como cauteloso e tolerante⁶⁶, é possível ou, até mesmo, provável que tenha ocorrido algum tipo de favorecimento do Partido Paulista a fim de compor uma maioria sólida para o ano seguinte.

Os políticos deste período dificilmente eram surpreendidos por mudanças repentinas nas esferas de poder. O jornal *A Phenix*, por exemplo, sempre muito confiante da força de seus argumentos francos e justos, inicia o ano de 1840 sensivelmente mais agressivo. Seus artigos, antes "sensatos" e "serenos", passam a adotar uma linguagem muito mais próxima do linguajar outrora criticado d'*O Observador Paulistano*. Antes mesmo dos trabalhos da Assembléia Geral começarem os redatores d'*A Phenix* já demonstravam certa inquietação que paulatinamente se transformou em desespero diante dos encaminhamentos tomados rumo à Maioridade. Como conseqüência mais imediata do *Golpe da Maioridade*, o periódico viu concretizar tudo o que havia criticado nos últimos anos: Rafael Tobias de Aguiar ocupando o mais alto emprego provincial.

Neste mesmo sentido, acredito que o grupo de Tobias de Aguiar previra a queda do *Gabinete Maiorista* em 1841 e o fim de sua rápida administração na província, o que na prática significou um revés na tentativa de ampliação de poder. É possível pensarmos que o Partido Paulista entendeu como última alternativa garantir uma maioria sólida na Assembléia Provincial a fim de fazer frente às nomeações e decisões do Gabinete 23 de março de 1841.

A dissolução prévia da Câmara em 1842 "utilizada" como estopim para o movimento armado também não representou surpresa. Eleita desde o final do ano de 1840 sob os auspícios do *Gabinete Maiorista*, esta Câmara dissolvida contava com uma esmagadora maioria "liberal". A bancada paulista, por exemplo, era composta exclusivamente por homens ligados ao grupo de Tobias de Aguiar. Porém, o gabinete "responsável" por essa eleição não pôde se manter no poder, fazendo com que desde a posse do *Gabinete 23 de março* já se cogitasse a dissolução prévia⁶⁷ com base nas denúncias de fraudes e violências que, segundo Pereira da Silva, foram comandadas por autoridades legais⁶⁸.

Do mesmo modo, as leis consideradas opressoras aprovadas no final de 1841 e veementemente atacadas pelos "rebeldes" de 1842, mostravam-se anunciadas, ao menos como reivindicação, desde a Fala do Trono de 3 de maio de 1841. No caso específico da reforma da legislação processual, sua necessidade fora mencionada pela primeira vez na Fala de 1838, ainda na Regência⁶⁹.

66

HOLANDA, Sergio Buarque de. São Paulo. In: _____ (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ed. t. 2, 2º vol. São Paulo: Difel, 1984, p. 466.

67

MARINHO, José Antonio. *História da Revolução de 1842*. Brasília: Senado Federal, Editora UnB, 1978.

68

SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003. p. 81.

69

Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: INL, 1977.

Diante destas informações, deve-se tomar toda a cautela possível ao se analisar declarações que apontam 1842 como um ano de reveses inesperados. Francisco de Paula Ferreira de Rezende, afirma em suas "recordações" que a "dissolução [da Câmara] a todos tinha tomado de surpresa; nada estava preparado para uma revolução assim tão desesperada"⁷⁰. Após a leitura de outros relatos contemporâneos, dos *Anais da Assembléia* e dos periódicos, estas palavras carecem de profundo questionamento.

No caso específico de São Paulo sequer as escaramuças políticas seriam surpreendentes. De certo modo, disputas locais parecem ter feito parte do cotidiano político do período. O jornal *A Phenix* noticiou ao longo dos anos de 1838 e 1839 inúmeros conflitos nas mais diversas localidades da província envolvendo Juizes de Paz, Comandantes da Guarda Nacional, Vereadores e Coletores de impostos.

Desse modo, a intenção é salientar uma possível mediação entre os acontecimentos da Corte e da Província de São Paulo, sem, contudo, reduzi-los no tempo e no espaço. O ano de 1842 seria apenas uma fase dentro de um período maior, assim como o combate armado passaria a ser um episódio crítico inserido em um contexto de luta política. Sendo constatada esta articulação, a hipótese da existência de um projeto político do Partido Paulista com ambições maiores que os limites provinciais ganhará consistência e colaborará para um melhor entendimento do movimento de 1842. Igualmente, a identificação de um cenário político-administrativo provincial multifacetado e marcado por desavenças viria a se chocar com a visão de uma "Revolução" fruto do "instinto", realizada às pressas e, por isso, condenada ao fracasso, conforme interpretação tradicional da historiografia sobre o período.

Assim, é possível apresentar e problematizar um movimento armado, planejado, resultante de um acirramento dos ânimos a médio prazo, de tal modo que uma "Revolução" do Partido Paulista e uma "Contra-Revolução" do Partido da Ordem teriam surgido simultaneamente em meio a circunstâncias provinciais e nacionais específicas e mais profundas, a serem investigadas em pesquisa futura.

Recebido para publicação em
outubro de 2006

Aprovado em março de 2007